

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Consta na redação do artigo 18, da Lei nº 8.069/1990 – “Estatuto da Criança e do Adolescente”, que:

- a) Todo cidadão no gozo de seus direitos, pode velar pela dignidade da criança e do adolescente.
- b) É dever da União, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento constrangedor.
- c) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- d) Todos que desejarem velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, devem filiar-se a entidades destinadas a estes fins, citadas no Art.90 e na forma da Lei.

02. Marque a alternativa, INCORRETA sobre as competências da Guarda Municipal.

- a) Garantir o funcionamento dos serviços de responsabilidade do Município.
- b) Apoiar os agentes municipais no exercício do poder de polícia da Administração.
- c) Garantir a segurança dos fiscais municipais no exercício de suas atribuições.
- d) Organizar e guardar filas em órgãos e eventos públicos municipais não faz parte das competências da Guarda Municipal.

03. De acordo com o artigo 312, do Código de Processo Penal Brasileiro, a prisão preventiva não poderá ser decretada:

- a) Quando houver forte suspeita da autoria do crime.
- b) Como garantia da ordem econômica.
- c) Por conveniência da instrução criminal.
- d) Para assegurar a aplicação da lei penal.

04. Assinale a alternativa correta referente aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil nos termos Constituição vigente.

- a) Soberania, cidadania, erradicação da pobreza e promoção do bem de todos.

- b) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- c) Soberania, cidadania, livre iniciativa e construção de uma sociedade livre e solidária.
- d) Soberania, cidadania, declarar guerra e celebrar paz, livre iniciativa, erradicar a marginalização e pluralismo político.

05. De acordo com o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei 5.553/68, que dispõe sobre “ a apresentação e uso de documento de identificação pessoal”.

Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares:

- a) Serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado.
- b) Ficará o responsável pelo acesso ao órgão de posse do documento, devolvendo ao seu exibidor no momento em que o mesmo se retirar do referido órgão.
- c) Será somente apresentado a título de identificação e conferência por parte dos responsáveis pelo acesso.
- d) Será somente apresentado para fins de conferência e só ficará de posse do responsável pelo acesso, se o exibidor desejar se ausentar e retornar posteriormente ao referido órgão.

06. O Estado de Defesa, forma de intervenção estatal, é considerado como:

- a) Orientação jurídica na defesa em todos os direitos dos necessitados.
- b) Medida para conter a declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- c) Medida para conter comoção grave de repercussão nacional.
- d) Medida para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social.

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

07. Qual das alternativas não compõem o Sistema Nacional de Trânsito, no que se refere o artigo 7º, da lei 9.503/97:

- a) As Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- b) Os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) As Juntas Administrativas do Executivo e da União.
- d) Os Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN.

08. Reza a Constituição Federal no seu art. 5º “A casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo...”

- a) Somente para prestar socorro.
- b) Em caso de flagrante delito, desastre ou prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial.
- c) Somente por determinação judicial em qualquer horário do dia ou da noite.
- d) A autoridade policial que tem acesso.

09. Tratando-se de ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, regulada nos termos da Lei no 7.347/95, é INCORRETO afirmar que:

- a) Pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) Pode ser proposta por associação constituída há pelo menos um ano, e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente.
- c) Pode ser proposta pelo Ministério Público.
- d) Não admite antecipação de tutela.

10. “Subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem mediante grave ameaça ou violência”. Pelo Código Penal vigente, trata-se de um crime de:

- a) Roubo.
- b) Furto.
- c) Extorsão.
- d) Usurpação.

11. O parágrafo 1º, do Art. 230, da Constituição Federal – 1988, relata que:

- a) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em entidades sociais.
- b) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em abrigos mantidos pela União.
- c) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em locais de fácil acesso para os mesmos.
- d) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

12. Prevaricação é crime contra a Administração Pública, previsto no Código Penal vigente, e significa:

- a) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor, ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de quem tem a posse em razão do cargo, ou desviar-lo em proveito próprio ou alheio.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- c) Exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

13. Não é crime praticado pelo funcionário contra a administração pública em geral:

- a) Peculato.
- b) Emprego irregular de verbas públicas.
- c) Corrupção ativa.
- d) Prevaricação.

14. São expressamente proibidas perturbações do sossego público com ruídos, barulhos ou sons excessivos evitáveis, tais como os de apitos ou silvos de sirene de fábricas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos ou entre:

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

- a) As 22h00 e 06h00.
- b) As 20h00 e 06h00.
- c) As 20h00 e 08h00.
- d) As 18h00 e 07h00.

15. É crime funcional próprio.

- a) Peculato.
- b) Prevaricação.
- c) Corrupção passiva.
- d) Corrupção ativa.

16. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é INCORRETO afirmar:

- a) É uma legislação que apresenta caráter inovador no que diz respeito à concepção de política pública, visto que adota uma concepção integral aos direitos a serem assegurados.
- b) É uma legislação que adota a concepção participativa, cria uma estrutura de congestão da política com representação paritária do governo e da sociedade civil.
- c) Assegura os direitos da criança e do adolescente nas diferentes áreas (saúde, educação e promoção social, dentre outros).
- d) É a primeira legislação brasileira que disciplina e orienta a sociedade sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

17. Consta na redação do artigo 18, da Lei nº 8.069/1990 – “Estatuto da Criança e do Adolescente”, que:

- a) Todo cidadão no gozo de seus direitos, pode velar pela dignidade da criança e do adolescente.
- b) É dever da União, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento constrangedor.
- c) Todos que desejarem velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, devem filiar-se a entidades destinadas a estes fins, citadas no Art.90 e na forma da Lei.
- d) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

18. Pela Constituição vigente, o Município está autorizado a criar guarda municipal com o objetivo de:

- a) Proteger bens, serviços e instalações do Município.
- b) Auxiliar na preservação da ordem pública no âmbito de seu território.
- c) Manter a integridade nacional.
- d) Colaborar com a polícia civil na função de polícia judiciária.

19. O poder de Polícia é conceituado como a faculdade de que dispõe a administração pública, para restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade.

Assinale a opção correta referente à extensão do poder de polícia.

- a) É ilimitado.
- b) Seus limites são dados pelo interesse social em consonância com os direitos dos indivíduos assegurados na Constituição.
- c) Só poderá ser exercido com a intervenção do judiciário.
- d) Não se admite a utilização de força pública para o seu cumprimento.

20. O servidor, ocupante de cargo público, é submetido a uma série de direitos e deveres.

Assinale o item que NÃO constitui direito do servidor.

- a) Livre associação sindical.
- b) Remuneração do trabalho noturno, superior ao diurno.
- c) Seguro-desemprego.
- d) Remuneração do serviço extraordinário.